

Dossiê

Dos benefícios das celebrações

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)*
Helena Bomeny (PPCIS / UERJ)**

Apresentação

Os meses de março e abril deste ano de 2014 assistiram a um volume considerável de atividades acadêmicas em torno dos 50 anos do Golpe de 1964. Seminários, lançamentos de livros com debates públicos, matérias especiais nas principais revistas e nos jornais de circulação nacional, programas exibidos nas redes aberta e fechada de televisão em vários canais, entrevistas com atores que participaram do período da ditadura, quer do lado do regime autoritário, quer os que por ele foram vitimados com cassação, exílio, prisão, tortura e, não raro, perda de parentes próximos. Celebrações têm um sentido socioantropológico essencial de trazer ao presente experiências passadas, mantendo viva a memória do que se quer lembrar ou, em casos como este, do que não se quer repetir.

O Brasil vem nas últimas décadas enfrentando os desafios da construção democrática. Entre os esforços empreendidos estão os que se destacaram no trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei n. 12.528 de 2011, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011, e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. Com o objetivo maior de investigar violações de direitos humanos consideradas graves, a Comissão recebeu reforço nos dois últimos anos com revelações de casos até então obscuros, identificando locais, estruturas, instituições e atores relacionados com práticas de violações, identificando ramificações

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rodrigomotta@yahoo.com.br

** Doutora em sociologia, pesquisadora e professora titular de Sociologia do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e co-editora de *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*. E-mail: helena.bomeny@hotmail.com

na sociedade de atos condenáveis que ultrapassaram as fronteiras do regime autoritário e adentraram como procedimento rotineiro o ambiente democrático. Cada uma das revelações, descobertas ou pistas comprovadas reaviva sentimentos, dores, abrindo outras feridas, ampliando o não conhecido, aquietando parcialmente sofrimentos. Balanços, sabemos bem, nem sempre são conclusivos. Raramente são completos. O valor maior do esforço de recuperação é abrir mais e mais espaços para reflexão, e viabilizar uma compreensão qualificada dos acontecimentos que envolveram atores, grupos, organizações sociais e setores do Estado e da sociedade civil.

Compartilhando das iniciativas acadêmicas mobilizadas pela consolidação da democracia no país e do intuito de avançar e aprimorar o conhecimento sobre conjunturas sensíveis da vida em sociedade, a editoria de *Interseções* estimulou a elaboração deste Dossiê. Os leitores terão contato com um conjunto de textos que valorizaram dimensões particulares do processo político que desembocou no autoritarismo do regime que vigorou entre 1964 e 1985. O primeiro deles, de autoria da historiadora Marly Motta, trata dos antecedentes políticos ao golpe - particularmente o governo João Goulart - e dos meandros de uma articulação que, envolvendo partidos, militares e setores da sociedade politicamente organizada, não foi capaz de evitar o golpe. Um texto importante pelos alertas que deixa sobre as dificuldades que a *questão democrática* enfrenta no Brasil para evitar desdobramentos como o que representou a instituição do regime inaugurado em 1964. Sintonizada com as produções historiográficas mais recentes como o livro de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, Marly Motta chama a atenção para dimensões cruciais que atravessam o processo democrático brasileiro, destacando, entre elas, o papel subalterno desempenhado pelo judiciário àquela altura diante de outras forças componentes da comunidade política. As perguntas que Marly Motta se fez e que responde em seu texto dão bem a noção do tipo de raciocínio que privilegiou em sua análise: “Que limites e possibilidades eram postos aos atores políticos, especialmente aos militares? Como se relacionavam os três poderes? Como funcionavam os partidos políticos? Qual o papel do presidente Goulart como líder e/ou mediador dos conflitos em jogo? Que apostas eram feitas na manutenção do regime democrático ou na sua derrubada?” Cada uma dessas perguntas foi alvo de exposição clara e instigante e nos devolve a inquietação a respeito da delicada e permanente atenção exigida para a construção da democracia em nosso país. E nos deixa também a convicção de como avançamos, ao percebermos no texto indicações do que já aprimoramos em nosso cotidiano político.

O texto seguinte adentra vereda política asfixiante. A historiadora Janaína de Almeida Teles percorre o trajeto de abuso aos direitos humanos pelas falas das vítimas de torturas, de advogados e militantes de direitos humanos colhidas em 107 entrevistas. Analisando esse material, a autora aponta as estratégias construídas para driblar a repressão, entre elas a transmissão para fora dos presídios de informações fundamentais sobre o que ocorria no interior dos cárceres. Janaína Teles realça a eficácia dessas tentativas no sentido de sensibilizar a opinião pública nacional e internacional sobre o que ocorria nos ambientes prisionais, impenetráveis aos agentes externos ao aparelho de Estado, agentes responsáveis pela vigilância aos procedimentos que deveriam ser embasados e regulados pela lei. Muitos ângulos dessas travessias perigosas são desconhecidos dos leitores atentos, o que faz sobressair a importância do texto construído sobre depoimentos de atores protagonistas de uma estratégia que resultou em importantes ganhos humanos.

Uma ditadura não se limita ao ambiente do cárcere. Em duas décadas de autoritarismo, o Brasil caminhou na direção de aprimorar políticas e instituições que respaldassem esferas importantes na modernização do país. As universidades estão entre elas; os agentes que dela foram expulsos e nelas atuaram compõem um leque tão extenso quanto inusitado, a considerar o clima de censura e de impedimentos que se adensavam progressivamente. De que maneira o regime militar lidou com os intelectuais? Como reagiram os intelectuais aos projetos de modernização do sistema universitário, de consolidação de agências destinadas às políticas da educação e da cultura? Com quem contou o projeto de institucionalização de políticas nos campos da educação e da cultura no Brasil? De que maneira cargos, posições, alternativas à repressão, exoneração de postos e reingresso em outros no mesmo governo foram negociados? Questões delicadas que nos jogam no interior da cultura política brasileira e que não escaparam à análise que Rodrigo Patto Sá Motta trouxe em livro recentemente publicado, do qual retirou sua contribuição ao dossiê. A pesquisa de Rodrigo Patto envolveu docentes, alunos, bolsistas, lidou com uma vasta e diversificada fonte documental. A pesquisa se valeu de bibliografia exaustiva, um acervo documental nacional e norte-americano, além das matérias de imprensa e dos depoimentos pessoais com um número expressivo de intelectuais que viveram parte sensível da conjuntura tratada. Gerações em curso e em disputa; meandros do poder sobre e intrainstitucional em suas artimanhas e em suas feições nem sempre mais fotogênicas estão retratadas na pesquisa. Paradoxos, ambiguidade, heterogeneidade são dimensões de análise acionadas em dezenas de situações nos diversos campi

universitários, alguns com mais evidência como foram a UnB, a USP, a UFRJ, a UFMG, a UFPE e a UFRGS - centros de produção científica afetados pela intervenção. Comparecem os cientistas sociais em seus mais distintos fóruns de atuação, mas também os físicos e profissionais que circundavam as discussões e promoviam programas e projetos de pesquisa continuados. E informações surpreendentes sobre serviços de informação no interior das universidades como parte da burocracia funcional integrando o sistema operativo do ambiente universitário. Foram decisões impostas sobre a rotina organizacional dos ambientes universitários que se prolongaram em outros cenários. É o que o texto de Samara Mancebo procura tratar quando traz a experiência do Mestrado em Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), experimento que dividiu a comunidade universitária, separou intelectuais, definiu campos da “situação” e da “oposição”, mas confirmou o propósito nem sempre inócuo de um regime que teve na universidade seu ponto forte de intromissão. Samara Mancebo abriu as caixas ainda intocadas dos documentos que informaram e formaram a Pós-Graduação em Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ. Sua reflexão está inserida no campo sociológico mais amplo do projeto de socialização política no Brasil. Discrepâncias no interior da comunidade universitária, ressentimentos, oposições e acusações além do prosseguimento de mal estar que atravessou o final dos anos 1980 até meados dos anos 1990. Assunto delicado; meio enterrado, mas com personagens rondando ali, alguns amigos próximos, outros que se gostaria de execrar por razões distintas e que recebiam carga maior de crítica por participarem em projeto da ditadura. Causava no mínimo um desconforto aos que tinham que contar a história aos demais.

Aliás, o tema da Educação Moral e Cívica havia sido tratado no início dos anos 1980 fora do ambiente universitário. Era, indiscutivelmente o projeto de socialização política dos militares, ao fim e ao cabo, como ficou evidenciado, de impacto menos exitoso sobre a formação dos jovens. O tema ocupou a pesquisa de dissertação de mestrado de Helena Bomeny, publicada em 1981 no livro cujo título vinha das redações dos estudantes em suas descrições sobre o Brasil – *Paraíso Tropical*. Ideologia do civismo na TVE do Maranhão. Surpreendeu já à altura da elaboração da pesquisa no Maranhão a recepção pelos estudantes de toda aquela carga ideológica, mostrando inclusive o limite da incorporação pelos sujeitos de mensagens repetidas exaustivamente como mantra. Não tiveram o efeito anestesiador que supunham seus propagandistas... Parece que o destino de tal projeto

no interior da universidade, na instância da pós-graduação desapontaria igualmente seus protagonistas por uma recepção tumultuada e permeada de escusas e mistérios.

Questão semelhante de desconforto e necessidade de apuração está na Reforma Universitária de 1968. Pensada antes de 1968, em verdade, antes mesmo do regime militar, a Reforma Universitária teve sua implantação em período particularmente agudo do regime autoritário. Foram tamanhas as intervenções na rotina das universidades com censura, prisões, invasões, demissões de professores com cassações do direito de trabalhar que surpreenderia os pesquisadores estudiosos do tema a presença, desde meados dos anos 50, de pareceres voltados para a modernização universitária, em muitos sentidos, realizada no escopo da Reforma de 68. Foi o que Helena Bomeny e Rodrigo Patto, por exemplo, encontraram em suas pesquisas. Já estavam lá, nos anos 1950, anunciados os pontos fundamentais de crítica a um modelo excludente, hierárquico, elitista, retrógrado em muitos aspectos. Era matéria conhecida a inadequação da estrutura de oferta universitária diante do crescimento da demanda e das expectativas de formação e qualificação do ensino superior brasileiro. Os personagens que se envolveram com o processo de implementação da reforma acabaram sendo afetados, com mais ou menos razão, pela avaliação política em toda sua carga, o que ficou mais evidente com o recrudescimento da repressão. A atmosfera política impedia que se olhasse de forma mais distanciada um esforço que não era proveniente do governo militar como tal, sequer inovação proveniente dos projetos militares, mas de muitos intelectuais mobilizados pela reestruturação das universidades. O que o regime produz é uma distorção indiscutível pela maneira como interferiu na rotina universitária, interrompendo cursos, perseguindo professores, invadindo campi, reprimindo o que era considerado danoso ao projeto do governo.

Ao fim e ao cabo, ficamos diante dos benefícios e limites da cultura política pautada na conciliação e na acomodação, tão própria, como alertou Rodrigo Patto da maneira como institucionalizamos em nosso país procedimentos, políticas e ações governamentais. A narrativa de Rodrigo Patto norteadas por esse eixo analítico encontra ressonância no último texto do dossiê. Lucia Lippi Oliveira tem como motivação eleger outros ângulos de ação do governo que não o da repressão como esforço para compreender dimensões pouco frequentadas nos balanços a respeito do período. Perseguindo a trilha visitada por Rodrigo Patto a respeito da modernização do setor educacional, sobretudo das universidades, Lippi se concentra no campo da gestão da

política cultural na segunda metade dos anos 1970 quando a cultura ainda integrava o Ministério da Educação. Recuperando análises mais sistemáticas a respeito da construção de uma política para a cultura, Lucia Lippi sinaliza aspectos recuperados por autores que se dedicaram a lidar com as tensões entre elaboração de uma política modernizadora e sua relação com a tradição. Os trabalhos clássicos de Sergio Miceli e Renato Ortiz avançam nessa direção, expondo o movimento nem sempre conciliável dos institutos com as matrizes que orientavam a modernização do setor cultural. O papel nem sempre esperado dos intelectuais nessa movimentação é elemento essencial para se matizar postulações ideológicas enrijecidas que estabelecem relação direta entre atores e regimes a ponto de, identificando a orientação dos primeiros, definir a matriz que prevaleceria nos segundos. O mundo da política nos obriga inclinações menos diretas, e nos dá espaço para perceber de que maneira negociações e conciliações são feitas, projetos são construídos, políticas são traçadas com participação de intelectuais de quem se esperaria, talvez, posições em contrário. São delicadas as circunstâncias, e muitas vezes, exigentes as avaliações. Um dos exemplos recuperáveis talvez seja o que envolve o histórico do Parecer 977/65 de 3 de Dezembro de 1965, de autoria de Newton Sucupira, parecer que instituiu a pós-graduação no Brasil. Escrito no período do regime militar, o Parecer ficou envolto em desconfiança que extravasou ao seu autor. Um educador erudito, um personagem, na definição dele próprio, “de punho forte para organizar instituições e garantir seu funcionamento” – certamente autoritário – Newton Sucupira não deixou qualquer evidência de comprometimento ideológico com o regime ditatorial, sequer qualquer comentário que o jogasse no colo do anticomunismo. O Parecer permanece como balizador da pós-graduação no Brasil. Um especialista obcecado, que controlava os trâmites legais para o estabelecimento de um projeto institucional que zelava à exaustão pelo que entendia como sendo a proeminência da técnica sobre a ideologia. Mas era pouco se toda a atmosfera exigia mobilização mais política. Eficiência e competência técnicas não eram propriamente qualidades esperadas de quem fora protagonista no campo da educação superior em tempos de ditadura. Mudaram-se os tempos; o parecer permanece a ponto da Capes ter tomado a iniciativa de, em período de plena vigência democrática, homenageá-lo.

Recuperar traços de nossa experiência política nos obriga enfrentar a maneira como são tratadas no Brasil questões sensíveis como conflito, repressão, violência, disputa política, tortura, morte, mas também competição, concorrências, redemocratização, administração universitária,

avaliação profissional por mérito, critérios para condução dos assuntos públicos, responsabilização de atores dirigentes em suas funções etc. E de que forma pesou (e ainda pesa) nos desdobramentos que se seguiram ao recrudescimento do regime o fato de afinal, serem os universitários provenientes de uma elite social com canais de interação diretos ou indiretos com agentes do Estado, que foram essenciais, em alguns casos, para atenuar a violência repressiva dirigida aos intelectuais. Próxima do centro de poder, da sede do governo militar, e construída com os fios de uma utopia democrática que se pautaria na criativa flexibilidade da experimentação, a Universidade de Brasília foi alvo certo para decisões dramáticas. E não foram poucas. “Barra 68” de Vladimir Carvalho foi a cinematografia símbolo da violência que se abateu sobre universidade ferida, perseguida, destruída em seu desenho original. “Eles pensavam que éramos perigosos...” proclamou Darcy Ribeiro quando voltou à UNB tempos depois... “gosto de pensar que éramos mesmo!” – concluía com seu costumeiro senso de humor.

Estratégias conciliatórias têm limites, é possível perceber nas entrelinhas da produção recente que vem recuperando o último experimento autoritário que vivemos no Brasil. O limite da negociação lenta e a estratégia continuada da acomodação de interesses, de uma flexibilidade interesseira, de arranjos institucionais que poderiam sinalizar uma redução do escopo da repressão talvez não favoreçam o amadurecimento da cultura política democrática no país. O custo foi alto; é possível que ainda o seja. É possível que percorramos o autoritarismo para indagar o quanto é difícil o exercício democrático. Sem o inimigo principal a quem dirigir nossa acusação, ou criamos convenientemente outro (solução indesejável), ou enfrentamos o aprendizado da democracia que só vale se for expressão de sentimentos e convicções que orientam as ações individuais e coletivas. Em algumas dimensões, os textos deste dossiê endossam muitas das intuições e da imaginação ensaística brasileira de nossas referências clássicas: estão neles como sujeitos ausentes, mas co-habitantes, os alertas de Sérgio Buarque, a crueza da análise de Raymundo Faoro, as sugestões de Gilberto Freyre desafiando-nos a encontrar saídas que aprimorem a convivência democrática e evitem a repetição do equívoco com o qual ainda estamos a acertar contas.

E aprendemos também que os traços de cordialidade, mediação, acomodação, pessoalidade não foram sempre tomados como problemas. Foram muitas vezes mobilizados como uma espécie de avaliação distinta (quase positiva) para o que seria, no caso brasileiro, uma ditadura “menos violenta” (considerando o número de mortos) se comparada aos países

vizinhos – o que vem sendo contestado, sobretudo nessas falas dos cinquenta anos. Principalmente, tais traços foram mobilizados como estratégia para atenuar a repressão dirigida a alguns “alvos” do Estado, ações que, na lógica paradoxal desses jogos de acomodação, implicavam também reduzir a oposição frontal à ditadura, na mesma medida em que o autoritarismo era “suavizado” em certas áreas.

É provável que, cada dia mais, beneficiados pela liberdade, tomemos contato com os prejuízos à institucionalização e à universalização de procedimentos que essa cultura nos legou. Talvez a sociedade mais competitiva, um pouco mais inclusiva, com muito mais gente forçando a porta de entrada propicie o questionamento de situações que acabam sendo privilégios e não direitos. Ao fim e ao cabo, na contramão de tal diagnóstico, achados de pesquisa como os que inspiraram autores neste dossiê enunciam o preço que pagamos por tanta “conciliação”. São indicações para outras indagações e estímulo a outras tantas pesquisas que se orientam para desvendar o enigma da democracia brasileira.